



Revista de Ciências Contábeis
| RCiC-UFMT |

homepage do periódico: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rcic>



Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração dos Fluxos de Caixa: um estudo quanto a acessibilidade em empresa de pequeno porte
Statement of Profit or Loss and Statement of Cash Flows: a study on accessibility in a small business

Estado de Resultados del Año y Estado de Flujo de Efectivo: un estudio sobre accesibilidad en una pequeña empresa

Andressa Cristina Pardino Gonçalves
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil
andressa19_01@hotmail.com

Sara Caetano Ribeiro Dos Santos
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil
saracrs1995@gmail.com

Benjamim Cristobal Mardine Acuña
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil
tiagoborges32@gmail.com

Histórico do artigo:
Recepção: 16 Fevereiro 2020
Aprovação: 11 Abril 2020
Publicado: 15 Maio 2020

RESUMO

O excesso de informações ou o seu descasamento com as capacidades do seu usuário pode tornar a informação inacessível e, então, menos útil. O presente artigo tem como objetivo confrontar a acessibilidade de uma demonstração econômica bastante tradicional, baseada no regime de competência com uma demonstração financeira, baseada no regime de caixa. Em um contexto de capacidades reduzidas otimizar os recursos disponíveis pode aumentar as chances de sobrevivência no mercado. Foram apresentados os principais objetivos, questionada a acessibilidade quanto ao que o gestor consegue controlar e compreender. Como ilustração o período de observação compreendeu entrevista com o gestor de uma média empresa no município de Rondonópolis-MT. Ao final, foi possível verificar que a Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentou mais evidências de atendimento às necessidades explicitadas pelo empresário, assim como maior facilidade de compreensão e de obtenção de dados, permitindo melhores estratégias de obter liquidez e de financiamento. A Demonstração do Resultado do Exercício, por sua vez, apesar de ter sido considerada como importante, teve sua utilização relegada a um segundo plano pelo entrevistado, por não possuir um bom sistema de controle de custos que lhe permita, segundo ele próprio, confiar no lucro apurado.

Palavras-chave: Controle interno, compreensibilidade, utilidade da informação.

ABSTRACT

Excessive information or mismatch with its user's capabilities can make information inaccessible and therefore less useful. This article aims to compare the accessibility of a very traditional economic statement, based on the accrual basis, with a financial statement, based on the cash basis. In a context of reduced capacities, optimizing available resources can increase the chances of survival in the market. The main objectives were presented, accessibility was questioned as to what the manager can control and understand. As an illustration, the observation period included an interview with the manager of a medium-sized company in the city of Rondonópolis-MT. In the end, it was possible to verify that the Statement of Cash Flows presented more evidence of meeting the needs explained by the entrepreneur, as well as greater ease of understanding and data collection, allowing better strategies to obtain liquidity and financing. The Income Statement for the Year, in turn, despite being considered as important, had its use relegated to a second plan by the interviewee, as it does not have a good cost control system that allows him, according to himself, to trust the verified profit.

Keywords: Internal control, comprehensibility, usefulness of information.

RESUMEN

La información excesiva o la falta de coincidencia con las capacidades de sus usuarios pueden hacer que la información sea inaccesible y, por lo tanto, menos útil. Este artículo tiene como objetivo comparar la accesibilidad de un estado económico muy tradicional, basado en el devengo con un estado financiero, basado en el efectivo. En un contexto de capacidades reducidas, la optimización de los recursos disponibles puede aumentar las posibilidades de supervivencia en el mercado. Se presentaron los objetivos principales, se cuestionó la accesibilidad sobre lo que el gerente puede controlar y comprender. A modo de ilustración, el período de observación incluyó una entrevista con el gerente de una empresa mediana en la ciudad de Rondonópolis-MT. Al final, fue posible verificar que el Estado de Flujos de Efectivo presentara más evidencia de satisfacer las necesidades explicadas por el empresario, así como una mayor facilidad de comprensión y recopilación de datos, lo que permitió mejores estrategias para obtener liquidez y financiamiento. La declaración de ingresos del año, a su vez, a pesar de ser considerada como importante, el entrevistado relegó su uso a un segundo plan, ya que no tiene un buen sistema de control de costos que le permita, según él, confiar en el beneficio verificado.

Palabras-clave: Control interno, comprensibilidad, utilidad de la información.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil é grande o número de empreendimentos que surgem de modo forçado pela falta de empregos, tornando o país um líder no número de empreendedores. Sendo estes geralmente empresas de pequeno porte, pois são raros os casos em que empresas conseguem nascer grandes e estruturadas.

A falta de conhecimento e experiência são fragilidades severas e muito comuns nas empresas de pequeno porte, principalmente as novas, mas se torna ainda mais agressivo se considerada a maturidade gerencial. Não é comum que os empresários de Empresas de Pequeno Porte possuam formação técnica gerencial e que disponham e utilizem instrumentos qualificados de gestão.

Em uma realidade onde os empreendedores precisam entender o processo de administração, o controle financeiro é considerado uma prioridade inevitável, uma vez que existe uma grande luta dos empreendedores que precisam dar suporte aos saldos de caixa e bancos, não sendo rara a grande ocupação de tempo dos mesmos para cobrir seus saldos bancários a descoberto.

A contabilidade possui um papel importante de suporte ao processo de tomada de decisão. Basicamente, seus produtos são as demonstrações contábeis, que apresentam tanto informações econômicas quanto financeiras, proporcionando análises quanto aos impactos do desempenho sobre a situação patrimonial do empreendimento.

As micros e pequenas empresas, pela pouca capacidade financeira, podem não conseguir manter uma estrutura de controle qualificada, os movimentos podem não ser controlados facilmente por causa dos escassos recursos gerenciais.

A dificuldade está não apenas na ausência de controles, mas inclusive na difícil compreensão do empreendedor em relacionar as informações trazidas pelas demonstrações contábeis e contextualizá-las com a realidade e, assim, melhorar a sua tomada de decisão. Muitas vezes essa barreira está ligada a falta de entendimento ou de destinação de tempo para se ocupar com essa finalidade e compreender as informações presentes nos relatórios.

Apesar das pequenas empresas não serem obrigadas a prestar contas publicamente por meio das demonstrações, as mesmas elaboram relatórios para apresentar aos usuários externos como os proprietários que não estão ligados a administração, aos credores e às instituições financeiras para avaliação de crédito. Entre demonstrações contábeis destacam-se dois relatórios, o primeiro, bastante tradicional e difundido: Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e, o segundo, a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), não tão nova, mas ainda não muito comum. A primeira demonstra o desempenho econômico e se baseia no regime de competência enquanto a segunda o desempenho financeiro e se baseia no regime de caixa.

A difícil compreensão da diferença entre elas reside na costumeira confusão de interpretação de que se a empresa apresentar lucro deverá apresentar também uma sobra de caixa equivalente. Não são raros os empreendedores que recebem a DRE e questionam a sua veracidade, de modo contundente, porque não percebem a ocorrência de lucro diante de um cenário de aperto financeiro.

Uma vez que os mesmos desconhecem a concepção de competência da demonstração econômica (DRE), assim como a medida de sucesso de lucro ou prejuízo trazida por ela. Por que para leigos em demonstrações, o sucesso de um negócio está voltado para a sensação de liquidez (DFC), ou seja, dinheiro em caixa.

A dificuldade de compreensão associada à pouca atenção aos registros e controles leva ao desprezo pelas informações contidas na DRE, pois reunir documentos, realizar lançamentos, organizar os dados e processá-los em informações são atividades da função controle. Enquanto os empresários de PME lutam para se manter no mercado, sua atenção costuma ser focada no comercial, deixando gastos com controles relegados a segundo plano.

Como o movimento bancário já apresenta um extrato periódico e esse pode se constituir em um relatório externo confiável e seguro para monitorar a liquidez da entidade, o controle financeiro pode se tornar mais facilmente utilizado para a elaboração da DFC. Essa facilidade, porém, não é tão observável quanto à DRE. Dessa maneira, dadas as limitações de controle das PMEs, pode a DFC ser mais acessível do que a DRE.

Destaca-se que este trabalho tem como objetivo discutir a validade de utilização preferencial dos relatórios DRE e DFC entre os empresários de PME, através da verificação dos rastros sintomáticos do negócio que são percebidos pelos mesmos e também do grau de sua compreensão da distinção entre lucro e caixa. Desse modo as informações obtidas além da observação e discussão da relação custo x benefício, proporcionarão a compreensibilidade das informações geradas no contexto das empresas de pequeno e de médio porte.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Prosperar e obter lucros são as pretensões de todas as empresas que buscam ganhar espaço no mercado, seja ela de grande ou pequeno porte, mesmo com as dificuldades e concorrências no mundo dos negócios, é possível ter uma caminhada de sucesso e crescimento tomando as decisões mais adequadas para sua organização.

Para isso é preciso conhecer sua estrutura econômica e também sua capacidade financeira. Dessa forma, apresenta-se neste artigo ferramentas mais comuns e adequadas para tal conhecimento, a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC), uma vez que Antonik (2016) defende estas e o Balanço Patrimonial como os três relatórios essenciais para todas as empresas independentes do seu tamanho.

Neste capítulo é apresentado o sistema de controle gerencial que abrangem as Demonstrações utilizadas aqui como base para esta pesquisa, assim como os seus conceitos e características.

2.1 Controladoria

A controladoria é a área da ciência contábil responsável pelo controle gerencial da empresa, em termos de organização, avaliação, armazenamento de informações e distribuição do uso destas. A principal função está em apoiar os gestores, dando assessoria e consultoria para esses tomarem as melhores decisões, isso porque ela traz uma visão mais desenvolvida da organização, dando as ferramentas para estratégias que gerem resultados mais relevantes.

Catelli (2006), diz que a controladoria é responsável por estabelecer bases para moldar e construir um Sistema de Informação capaz de atender as necessidades dos gestores. Dizendo ainda que para a execução de suas atividades se utiliza dos instrumentos de Processo de Gestão e Sistema de Informações

2.1.1 Sistema de Informações Gerenciais

O Sistema de Informação Gerencial (SIG) é responsável por gerenciar o produto das informações de uma empresa que auxilia os gestores no processo de tomada de decisão. Uma vez que para tomar decisões assertivas é preciso obter nas mãos informações específicas e precisas, o SIG tem papel fundamental na escolha de estratégias eficientes.

Visto que controladoria é a base do fornecimento das principais ferramentas para o sistema de informações que estabelece o banco de dados, ou seja, que auxilia no processo de formação do relatório gerencial, esta não pode substituir o papel do gestor, mas pode conduzir no processo de otimização dos resultados.

Portanto o Sistema de Informações Gerenciais é um conjunto de informações econômicas e financeiras que são trazidas através de relatórios padronizados que permitem que outros usuários tenham acesso a informações rápidas e precisas, sem muito esforço, além de auxiliar no suporte para planejamento em situações de risco

2.1.2 Informações econômicas

As informações econômicas são a fonte que a empresa tem para identificar sua capacidade de gerar riqueza e produzir resultados econômicos, os eventos passados trazem dados que podem mensurar essas riquezas e gerar informações que sirvam para controlar os resultados econômicos. Essas informações são também o auxílio para gerar estratégias com novos resultados criando projetos para maximizar lucros gerados pela sua receita.

O resultado de lucro econômico é baseado na apuração de receitas e despesas dentro de um período de competência, desconsiderando a efetiva entrada e saída de dinheiro do caixa e seus equivalentes. Sendo assim o resultado final positivo não está ligado a capacidade de liquidez.

Essas informações são obtidas na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) evidenciando a composição do resultado líquido de determinado período, assim como o grau de rentabilidade e lucratividade da entidade (MARTINS et al, 2018).

2.1.3 Informações financeiras

As informações financeiras têm importância fundamental no controle da organização, pois identificam a saída e entrada de dinheiro de determinado período e como isso afeta em sua aptidão para continuar suas atividades, gerar receita e ainda pagar suas dívidas.

É possível obter essas informações com mais vantagens para analisar o potencial da organização financeiramente falando, através de demonstrações financeiras como a de fluxos de caixa em conjunto com o balanço patrimonial, pois segundo Martins et al (2018, p. 631 e 632) estas permitem aos envolvidos com a entidade analisar:

1. A capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa;
2. A capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos;
3. A liquidez, a solvência e a flexibilidade financeira da empresa;
4. A taxa de conversão de lucro em caixa;
5. A performance operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos;
6. O grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa;
7. Os efeitos, sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimento e de financiamento etc.;

Com isso é identificado a importância dessas informações na organização, uma vez que mostram o todo e visam melhores resultados financeiros sendo esses trazidos pela DFC apurados através da circulação real do dinheiro em caixa e seus equivalentes, tornando possível enxergar a liquidez da empresa ao final do período.

2.2 A Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) tal como descrita na Lei n. 6.404/1976, é uma demonstração verticalmente dedutiva, onde se confrontam receitas e despesas para atingir o resultado de lucro líquido de determinado período.

As receitas são os acréscimos de benefícios econômicos oriundos de vendas de mercadoria, produto ou prestação de serviço, delas são deduzidos os custos e despesas com a mercadoria e outros afins da entidade, como descreve o art. N.º 187 da Lei das Sociedades por Ações – Lei 6404/1976 que diz:

- § 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:
- a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e
 - b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos. (BRASIL, 1976)

Com isso pode-se entender que esta demonstração permite analisar o desempenho econômico de maneira objetiva, ainda que contenha detalhes de grupos de despesas, tipos de lucros, impostos etc., pois esses são componentes importantes para uma decisão assertiva.

Quadro 1:

RECEITA OPERACIONAL BRUTA
Vendas de Produtos
Vendas de Mercadorias
Prestação de Serviços
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA
Devoluções de Vendas
Abatimentos
Impostos e Contribuições Incidentes sobre Vendas
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
(-) CUSTOS DAS VENDAS
Custo dos Produtos Vendidos
Custo das Mercadorias
Custo dos Serviços Prestados
= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO
(-) DESPESAS OPERACIONAIS
Despesas Com Vendas
Despesas Administrativas
(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS
(-) Receitas Financeiras
(-) Variações Monetárias e Cambiais Ativas
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS
(-) Custo da Venda de Bens e Direitos do Ativo Não Circulante
= RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IR E CSLL
(-) Provisão para IR e CSLL
= LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES
(-) PRO LABORE
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Fonte: CEFIS

2.2.1 A rentabilidade e a lucratividade

Para que o empresário consiga entender o co desempenho econômico de sua empresa, o retorno de seu investimento e desenvolver modelos de precificação precisa mensurar a rentabilidade e a lucratividade de sua atividade, uma vez que apesar de ambos os casos estarem relacionados ao Lucro Líquido, os seus pontos de vista são diferentes.

A Rentabilidade está relacionada a um investimento e ao quanto ele pode trazer de retorno. Esse índice é calculado relacionando o Lucro Líquido e o Valor do investimento em questão, que traz um resultado do quanto este retornou pelo desenvolvimento da atividade.

Já a Lucratividade é a relação que indica quanto a empresa teve efetivamente de lucro em comparação com suas receitas, ou seja, comparando o benefício gerado e disso descontando todos os custos e despesas consumidos. Esse índice pode ser calculado em forma de quociente entre o Lucro e a Receita, sendo todas essas informações obtidas da DRE e do Balanço Patrimonial.

2.2.2 A definição dos preços

A Análise de formação de preço é de suma importância para qualquer empresa, pois é ela que avalia se os preços de venda dos produtos/serviços serão capazes de custear todos os custos e despesas e ainda obter ganhos. Essa formação pode ser feita com base nos custos ou receitas geradas pelas suas atividades fim, ou no valor de mercado, o ideal é que atenda tanto a cobertura dos custos, despesas, tributos e ainda sobre a margem de lucro, mas sem sacrificar a competitividade da empresa diante dos preços praticados pela concorrência.

A empresa pode ter acesso às informações necessárias para gerar preços também através da DRE, pois eles trazem dados econômicos que sustentam a apuração do preço de venda, objetivando o lucro. Pois sem eles seria difícil realizar a definição de preços com exatidão.

A relevância dessa análise está também na contribuição para a tomada de decisão para o planejamento de nível de produção e venda, como o ponto de equilíbrio.

2.2.3 A apuração de tributos

Para se obter uma boa margem de lucro é essencial ter uma apuração eficiente de tributos, isto é, que a empresa escolha o regime ideal para sua área. Dessa forma, ao final do exercício as receitas apuradas devem cobrir além das despesas e custos, também o pagamento dos impostos sobre a atividade e ainda restar lucratividade esperada. O regime escolhido pela empresa pode ser Simples Nacional, Lucro Real ou Lucro Presumido.

A base para o planejamento tributário é a reunião de um conjunto de dados realizados combinados com estimativas, geralmente buscando construir uma DRE projetada e assim simular a carga tributária.

2.2.4. A distribuição de lucros

Assim como os tributos, a distribuição de lucros também deve ser muito bem analisada antes de se estabelecer o preço de venda de um produto ou serviço, assim como para se estimar o retorno que a irá proporcionar para os sócios atuais e potenciais, uma vez que ao almejar por uma lucratividade o gestor será cobrado pelo valor estimado que será distribuído aos sócios, para que ao final do exercício o lucro apurado mesmo sendo deduzido todas as receitas, despesas, impostos e distribuição de lucros, ainda venha restar um lucro líquido dentro da margem de lucratividade.

Nesse sentido a projeção da DRE é um elemento básico para proporcionar a atração de capital e assim subsidiar o desenvolvimento empresarial.

2.3 A Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) veio, no Brasil, como uma substituição para a DOAR – Demonstração de Origem e Aplicações de Recursos. A Lei n.º 11.638/2007 a tornou obrigatória. A sua base é o regime de caixa e evidencia, na sua forma direta, as entradas e as saídas de caixa e seus equivalentes na empresa, é uma demonstração dinâmica que possibilita através de sua análise um planejamento financeiro da evolução financeira da empresa, mostrando a evolução da liquidez e do endividamento, assim como permitindo estudar a saúde da geração ou consumo de caixa e equivalentes.

O grupo Caixa e Equivalentes de caixa é composto pelas contas Caixa e Bancos que representam a disponibilidade de dinheiro em espécie e valores liberados para uso nos Bancos. O CPC 03 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) diz que os equivalentes de caixa são valores com a finalidade de atender a compromissos de pagamentos a curto prazo, sendo as aplicações bancárias pertencentes a esse grupo se convertidos em espécie no caixa, para uso imediato e sua variação monetária seja insignificante.

Com base nos registros dos recebimentos e pagamentos de caixa, a empresa poderá programar as suas necessidades financeiras, bem como aplicar os possíveis excedentes de forma segura e rentável. O fluxo de caixa é o instrumento que permite demonstrar as operações financeiras que serão realizadas pela empresa facilitando a análise e decisão, de comprometer os recursos financeiros, de selecionar o uso das linhas de crédito menos onerosas, de determinar o quanto a organização dispõe de capitais próprios, bem como utilizar as disponibilidades da melhor forma possível (ZDANOWICZ, 2000, p.33)

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa são apresentadas três atividades de aspectos diferentes, sendo eles operacionais, de investimento e financiamento. Essas atividades destacadas na demonstração proporcionam informações de eventos passados que ao final do resultado de cada

fluxo é possível entender se a empresa está passando por problemas de liquidez ou não, ou se está usufruindo de uma falsa sensação de estabilidade financeira, pelo acréscimo de endividamento, por exemplo.

A análise financeira por ela possível é forte indicadora de problemas que, se não tratados, podem levar a entidade à descontinuidade. Geralmente os pedidos de falência decorrem de quando os fornecedores deixam de ser pagos nas datas programadas.

Perceber o quanto a empresa gera ou consome caixa em suas atividades operacionais mostra a saúde ou a doença da atividade. Por outro lado, uma empresa que consiga gerar caixa nas atividades de investimento pode significar que esteja perdendo estrutura produtiva e que vá transitar por caminhos de enxugamento de sua operação futura.

A análise dos fluxos de caixa, portanto, apresenta evolução de variáveis que, embora não causadoras dos problemas, são sintomas importantíssimos a serem detectados e tratados tanto para diagnosticar doenças quanto para fortalecer a saúde empresarial.

2.3.1. A segregação dos fluxos

A demonstração dos fluxos de caixa é segregada em fluxos operacionais que trazem informações referente as entradas e saídas diretamente ligadas às receitas e despesas; fluxos de investimentos tendo relação com imobilizados, investimentos e intangível, assim também como os fluxos de financiamento que nos remetem aos capitais de investidores e de crédito, assim como a sua quitação e distribuições de lucros.

FCO - O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais contém as informações que o gestor precisa para identificar como a atividade da empresa produz fluxos de caixa capazes de pagar seus empréstimos, dividendos e juros do capital próprio e ainda prosseguir com o operacional da entidade, sem procurar fontes externas para isso, assim afirma Martins et al (2018) que prossegue dizendo que este é o fluxo que tem relação com todas as atividades direcionadas ao fornecimento de bens e serviços básicos da empresa.

FCI - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento geralmente são ativos não circulantes, que incluem todos os investimentos financeiros, inclusive os de curto prazo (não sendo equivalentes de caixa) podendo ser imobilizados, intangíveis, etc., que são como apoio a fundos que se apresentam em momentos de ócio ou ágio. Azevedo (2013) afirma ainda que esses ativos são ligados ao objetivo social da entidade, porém não são o produto final.

FCF - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento tem relação com os capitalistas da entidade, tanto de crédito quanto de investimento, sendo destacados nesse fluxo as operações realizadas para obter fundos das instituições financeiras, dos proprietários ou acionistas e distribuição de dividendos; empréstimos de terceiros, assim com sua amortização e remuneração e também a obtenção e amortização de outros recursos a longo prazo. Estes fluxos trazem a vantagem de prever as premissas de futuros fluxos de caixa pelos fornecedores de capital à entidade, como a competência da organização, em utilizar recursos externos, para financiar as atividades operacionais e de financiamento (AZEVEDO, 2013)

2.3.2. Método Direto e Indireto

A Demonstração dos Fluxos de Caixa pode ser constituída com base em dois métodos, sendo eles o Indireto e o Direto, na qual Hoji (2012, p. 315) diz que o Método Direto demonstra os recebimentos e os pagamentos oriundos da atividade da empresa, possibilitando clara compreensão e quando complementada com os movimentos de investimentos e financiamentos que impactam no caixa podem assim resultar, nos saldos de variação do caixa. Enquanto o Método indireto calcula os recursos gerados por meio de ajuste do Lucro Líquido que são influenciados através do aumento ou redução das contas do Ativo e Passivo Circulante.

Os dois quadros a seguir representam os modelos de Estrutura das Demonstrações de Fluxo de Caixa Direto e Indireto:

Quadro 2:

Período DE 20X2		Em \$ mil	Período de 20x2		Em \$ mil
ATIVIDADES OPERACIONAIS			a) Atividades operacionais		
Lucro Líquido apurado no Exercício		1.950	Recebimento de vendas		9.500
+ Depreciação		<u>120</u>	(-) Pagamentos de compras		<u>-5.000</u>
Lucro que afeta o caixa		2.070	Caixa Bruto obtido nas operações		4.500
Variações no Circulante (Capital de Giro)			(-) Despesas Operacionais Pagas de Vendas		
Ativo - Aumento de Duplicatas a Receber (reduz o Caixa)	-500		Administrativas		-500
- Aumento de Estoques (reduz o Caixa)	-500		Caixa Gerado no Negócio		<u>-380</u>
Passivo - Aumento de Fornecedores (melhora o caixa)	1.000		(-) Despesas Financeira Pagas		3.620
- Aumento de Impostos a pagar (melhora o Caixa)	<u>1.050</u>	<u>1.050</u>	Caixa Gerado após as Operações Financeiras		<u>-500</u>
Caixa Gerado nos Negócios		3.120			3.120
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			b) Atividades de Investimentos		
AQUISIÇÕES DE ATIVO NÃO CIRCULANTE			(-) Aquisições de Imobilizados e Investimentos		
- Móveis e Utensílios	-300		Móveis e Utensílios	-300	
- Terrenos	-1.000		Terrenos	-1.000	
- Ações de outras Cias	<u>-2.140</u>	-3.440	Ações de Outras Cias,	<u>-2.140</u>	-3.440
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			c) Atividades de Financiamentos		
Integralização do Capital	1.500		Integralização de Capital	1.500	
Novos Empréstimos Bancários	470		Empréstimos Bancários	470	
Dividendos Pagos	<u>-850</u>	1.120	(-) Dividendos Pagos	<u>-850</u>	<u>1.120</u>
RESULTADO FINAL DO CAIXA			Resultado Final de Caixa		
+ Saldo existente em 31-12-X1		<u>1.500</u>	+ Saldo Existente em 31-12-X1		1.500
Saldo existente em 31-12-X2		2.300	Saldo Existente em 31-12-X2		2.300

Fonte: Marion (2009, p. 473)

Ao comparar os métodos em questão, é evidente que em ambos os casos, os Fluxos de Caixa são o espelho da realidade financeira da empresa, que não podem se contradizer, e apesar dos fatos de entrada e saída serem apresentados de formas diferentes, o saldo inicial e final dos fluxos tanto indireto como direto deve ser idêntico.

De maneira sintética, o método direto é basicamente o espelho do movimento financeiro, bastante útil para gestores e demais usuários leigos em contabilidade e o indireto espelha a relação entre o resultado econômico do período, obtido na DRE, e o movimento financeiro operacional, decorrente do aumento ou redução de liquidez presentes nos componentes estáticos operacionais, logo mais acessível aos iniciados em contabilidade.

2.3.3 Liquidez e endividamento

Possuir liquidez é ter ativos que sejam ou possam facilmente ser convertidos em dinheiro, sendo bens e direitos a receber de curtíssimo prazo de até 90 dias, que permite condições de manter suas contas em dia, como Hoji (2012) mencionou, é ter capacidade de arcar com seus compromissos no curto prazo.

A falta de liquidez na entidade pode gerar crises que podem levar à falência. Mesmo que a empresa possua ativos suficientes para quitar as suas dívidas, não manter seus compromissos em dia pode resultar em pedidos de recuperação judicial e até em falência. Apresentar lucro em suas demonstrações não é, necessariamente, apresentar dinheiro em caixa, tendo em vista que são resultados econômicos advindos do regime de competência e não financeiros, do de caixa.

Os índices de liquidez permitem comparar os realizáveis com as dívidas, assim como o impacto das dívidas em seus resultados financeiros e verificar a capacidade de pagamento das

mesmas tanto a curto como a longo prazo, o índice de liquidez corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante); segundo Hoji (2012) é considerado o melhor para identificar essa capacidade em relação a curtos prazos. Levando em consideração que a organização precisa ter condições de pagar suas dívidas no todo é interessante utilizar também o índice de liquidez geral, pois é uma análise com todos os ativos e passivos da entidade (curto e longo prazo). Quanto maiores os índices, maior a condição de pagamento da organização e menores as chances de não performar.

2.3.4. O fluxo de caixa operacional como parâmetro de desempenho

Especialistas no ramo do gerenciamento financeiro afirmam que todas as empresas buscam permanecer em enérgica atividade no mercado financeiro, porém as Micro e Pequenas Empresas passam por muitos obstáculos para se manter no mercado e honrar seus compromissos, uma vez que elas possuem limitações de recursos e precisam de melhor gerenciamento dos mesmos. (LOPES; MENEZES, 2000)

Dessa forma, o Fluxo de Caixa Operacional é o principal e mais desejado por aqueles que desejam ver o negócio se mantendo e gerando saúde sem suportes artificiais. A sua análise se torna importante para melhor controle e gerenciamento das empresas que convivem com problemas de caixa. Esse esforço permite a visualização antecipada das necessidades ou debilidades e requerem tomada de decisão e acompanhamento do ciclo operacional, que se estabelece desde a compra da matéria prima até o recebimento efetivo das vendas.

2.3.5. A programação e o acompanhamento da tesouraria

A tesouraria, embora não costume assim ser conhecida ou segregada nas pequenas empresas, é uma área de grande importância em uma organização, o seu objetivo é garantir os recursos e instrumentos financeiros necessários para manter e realizar os negócios da empresa, os recursos financeiros transitam por esta área ou função e, mesmo que indiretamente, toda a empresa está vinculada a ela. Suas programações e funções estão relacionadas a administração de negociações e planejamentos financeiros e ao acompanhamento das ferramentas que permitem analisar os resultados financeiros da organização.

O fluxo de caixa é ferramenta importante para as funções da tesouraria, permite um controle das contas a pagar e receber, assim como uma maior visibilidade das entradas e saídas de recursos da empresa, proporcionando previsões de financiamentos, supostas dívidas e pagamentos, fazendo dele também um instrumento de gestão financeira eficaz para o tesoureiro. Hoji (2012), afirma que com uma apuração correta dos fluxos de caixa por unidade de negócio são agregadas vantagens expressivas no momento de analisar o desempenho da organização, uma vez que é viável avaliar os retornos de investimentos de maneira eficiente através dos mesmos.

3. METODOLOGIA

As informações utilizadas nesse artigo foram extraídas de bibliografias, artigos e revistas acadêmicas publicadas em periódicos. A tipologia quanto aos objetivos empregada foi descritiva, tendo o papel de identificar, descrever e fazer comparações entre outros aspectos, , ao analisar determinado problema, sem todavia, conseguir comprovar a relação, de modo empírico.

Quanto aos procedimentos é classificada como estudo de caso, pois busca estudar e conhecer a empresa aqui observada e quais ferramentas podem suprir suas necessidades de demonstrações, tendo em vista que esse procedimento é caracterizado pelo estudo profundo de um objeto permitindo um conhecimento maior do mesmo. Beuren (2010) citada por Gil (1999, p.73).

E por fim a abordagem do problema desta pesquisa é qualitativa, uma vez que busca analisar e descrever os fatos do caso aqui apresentado. Um estudo qualitativo é o mais adequado para compreender a natureza de um fenômeno.

A pesquisa foi realizada em uma média empresa no município de Rondonópolis, sendo inicialmente realizada uma observação sistemática dos procedimentos e dos relatórios disponíveis. Observados os controles existentes e, em um segundo momento, realizada uma entrevista com um dos sócios gerentes.

4. RESULTADOS

A investigação em campo se baseou em contatos telefônicos e na visita técnica realizada ao representante executivo da empresa e conduzida mediante um roteiro de observação elaborado juntamente com o orientador acadêmico

4.1 Ambiente da empresa pesquisada

A empresa atua no comércio atacadista de alimentos, está no mercado desde a década de 80, localizada na cidade de Rondonópolis-MT. Sendo desde então administrada em âmbito familiar, na qual o pai controla o movimento financeiro e o filho, o comercial e as ações administrativas.

A empresa possui um quadro de 20 funcionários distribuídos em vários setores, sendo um deles responsável pelo controle financeiro e alimentação dos dados no sistema de gestão empresarial.

4.2 Apresentação e discussão dos dados coletados

Com a finalidade de responder ao questionamento inicial, foi realizada uma entrevista semiestruturada que durou por volta de uma hora na sede da própria empresa. Na ocasião o representante apresentou suas dificuldades em entender, extrair e organizar as informações necessárias para um bom gerenciamento.

Segundo ele, durante todos esses anos de atuação a empresa já passou por momentos de grande aperto, diante dos quais teve que se reorganizar financeiramente para conseguir se estabilizar novamente.

Após ouvir o histórico, a entrevista seguiu na direção de conhecer quais os relatórios eram utilizados para acompanhar as atividades da empresa.

O gestor mencionou a utilização de um relatório que demonstrava as entradas e saídas de caixa, de modo organizado e classificado. “Mas que não continha informações suficientes para que fosse apurado o lucro”.

Pelo que foi observado, essa opinião coincide com a falta de controles básicos como estoque, perdas, doações e lotes de mercadoria, não há inventário permanente e nem periódico, sendo o CMV apurado pela contabilidade baseando-se no método do preço a varejo.

O entrevistado, apesar de ser formado em Administração, demonstrou confusão ao se referir ao lucro como sobra de caixa e não demonstrou compreender os pontos necessários para construir uma DRE como controle de estoques, depreciação de imobilizado, folha de pagamento e tributos, saldos de contas a receber ou a pagar.

Demonstrou saber da existência e da influência, mas não a sua aplicação de forma a estruturar uma demonstração com base na competência e não no caixa.

O ponto principal para elaboração da DRE no comércio é relacionado ao estoque, mas como mencionado, a empresa não possui controle de estoque, nem de perdas ou mapa de custos e despesas. Determina o preço de venda de seus produtos baseados apenas no preço de compra e

um multiplicador apurado sobre amostras dos relatórios internos, com razoável frequência, pela contabilidade externa.

Em relação ao relatório financeiro, o mesmo afirmou possuir “mais facilidade em compreender as informações financeiras”, no caso, as que são contidas na DFC. Prova disso é que o movimento bancário é fornecido pela instituição e classificado pelo funcionário administrativo junto com o patriarca encarregado da movimentação. Ao acompanhar mais as informações financeiras, confrontando recebimentos e pagamentos, o empresário acaba por relacionar de forma errada a sobra de caixa com o lucro, mas obtém a sensação do comportamento do caixa e de seus equivalentes.

Por não ter a compreensão dos dados econômicos e nem os controlar, associa liquidez positiva com lucro, sem demonstrar a compreensão de que o lucro é obtido da dedução das receitas de vendas pelos custos e despesas, enquanto a liquidez demonstra o saldo do caixa. Prova disso é que o principal relatório gerencial, uma DFC pelo método direto, é nomeada de Demonstração do Resultado.

Apesar da dificuldade, mencionou que se usasse a DRE conforme elaborado no passado por uma consultoria contratada, teria dificuldade em relação ao tempo, uma vez que o lucro, não necessariamente, reflete o recebimento efetivo das vendas, por outro lado o recebimento apresenta sensação no caixa de maneira imediata. Esse aspecto enfraquece a aplicação do regime de competência.

Diante dos aspectos observados foi possível verificar que o controle financeiro é mais acessível do ponto de vista de controle do que o econômico. Segundo o próprio entrevistado, o extrato bancário já é uma espécie de registro, a sua associação com o caixa formando o fluxo de caixa é razoavelmente simples, somente dependendo de um esforço mínimo de classificação que já foi demonstrado ao funcionário encarregado pela assessoria contábil.

Por outro lado, pelo observado, a demonstração do resultado demandaria um esforço maior de organização e controle, destinar, por exemplo, quanto do investimento em ativos fixos de longo prazo devem ser escoados para a formação do resultado do período, quando ocorre a baixa de estoque para custo, quanto do estoque é perdido, enfim, uma série de itens que são impactantes e demandam ajustes que não são apenas movimentos automaticamente rastreáveis como em um extrato de movimentação bancária. Dessa maneira, a elaboração de uma DRE seria excelente, como mencionado no referencial teórico, mas inacessível com o nível de esforço atualmente dispendido para o controle da entidade.

Do ponto de vista interpretativo, não é tão óbvio para o empresário que a receita seja reconhecida na venda e não no seu recebimento e nem de que o custo e a despesa sejam reconhecidos no momento do consumo e não do seu pagamento, assim como também não é fácil entender como é possível ter lucro sem ter dinheiro em conta. Essa concepção enfraquece a interpretação econômica, mas permite que a sensação financeira seja dimensionada e gerenciada.

Não se advoga aqui que a DFC seja superior à DRE, ao contrário, é notório que um dos principais diferenciais competitivos das organizações é o processo de formação de preços e as suas variáveis são basicamente econômicas e não financeiras. As informações são complementares e não concorrentes, elas não se substituem, cada qual tem a sua utilidade. A questão principal está na acessibilidade e usabilidade do instrumento de gestão.

A DFC, principalmente se considerado o método direto, é facilmente produzida e entendida pelos funcionários do setor financeiro e gestores, sem necessariamente serem qualificados em contabilidade.

A DRE, por outro lado, exige rigores para sua produção, assim como a sua leitura e contextualização são mais distantes para um leigo em contabilidade

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das observações, constatações e discussões pode-se concluir que para o pequeno empresário a DFC é mais acessível do que a DRE, tanto do ponto de vista de sua produção quanto de sua interpretação.

Além de ser elaborada de forma mais simplificada, a DFC permite maior facilidade de compreensão pelos gestores, ainda traz as informações mais conhecidas e contextualizadas com a realidade vivida na rotina do dia a dia dos empresários, particularmente o que participou da entrevista.

É possível, então concluir, de modo particular para a empresa em questão que um relatório classificado das entradas e saídas de caixa já proporciona boas condições de dirigibilidade dos negócios.

Destaca-se, mais uma vez, que não deve ser dispensada a elaboração e o acompanhamento da DRE, esse deve ser um objetivo firme dos gestores, investir em controles e em sistemas é um caminho que precisa ser trilhado, mas a DFC gerencial já pode ser um objetivo de curtíssimo prazo, bastando que se destine tempo para o seu acompanhamento e análise.

Finalmente, é importante ter em vista que as conclusões obtidas na discussão são limitadas ao contexto da organização em que foi realizada a observação, contudo, consideradas as proporções e contextos, pode ser utilizada como referência para que outras organizações de pequeno porte utilizem a discussão para a construção de seus planos de ação de melhoria de seus controles, iniciando seus esforços pelo financeiro e construindo maturidade de registro e de interpretação para conhecer também o seu desempenho econômico.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Roberto e MARQUES, J.A.V.C. Avaliação da liquidez das empresas através da análise da demonstração de fluxos de caixa. *Rev. contab. finanç.* vol.12 no.25 São Paulo Jan./Apr. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772001000100001&script=sci_arttext. Acesso em: 20/06/2019.
- Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). Demonstração de Fluxo de Caixa. In: Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>. Acesso em: 15/06/2019.
- BEUREN, Ilse Maria. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade - Teoria e Prática. 3^o ed. São Paulo, Editora Atlas S.A. - 2010. p. 81, 84 e 92.
- AZEVEDO, Marcelo Cardoso de. Estrutura e Análise das Demonstrações Financeiras. - Campinas - SP: Editora Alínea, 2013. 2^o edição. P. 120, 121 e 132.
- SANTOS, Ariovaldo dos; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens e IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual de contabilidade Societária. 3^o ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- BRASIL. Dispõe sobre as sociedades por ações. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm (lei 6404). Acesso em 20/06/2019.
- GUIMARÃES, Rivanildo Bandeira. Sistema de Informação Gerencial (SIG) - Contabilidade. CRAJ Administradora de Condomínios, 2011. Disponível em:

<http://craadministradora.blogspot.com/2011/11/sistema-de-informacao-gerencial-sig.html>. Acesso em: 01/07/2019

CEFIS. DRE - Demonstração de Resultado do Exercício. Disponível em: <https://blog.cefis.com.br/dre-demonstracao-resultado-exercicio/>. Acesso em: 05/07/2019.

HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 10. ed. São Paulo: Atl